

Local Conference Call

CPFL ENERGIA

Resultados do Primeiro Trimestre de 2013

10 de maio de 2013

Operadora: Bom dia e obrigada por aguardarem. Sejam bem vindos à teleconferência dos Resultados do Primeiro Trimestre de 2013 da CPFL ENERGIA.

Conosco hoje estão presentes o executivo Wilson Ferreira Júnior, Presidente da CPFL Energia, bem como outros executivos da companhia.

Esta teleconferência está sendo transmitida simultaneamente pela Internet no site de Relações com Investidores da CPFL ENERGIA, no endereço: www.cpfl.com.br/ri, onde poderá ser encontrada a respectiva apresentação para “download”. Informamos que todos os participantes estarão apenas ouvindo a teleconferência durante a apresentação da empresa e em seguida iniciaremos a sessão de perguntas e respostas, quando mais instruções serão fornecidas. Caso algum dos senhores necessite de alguma assistência durante a conferência, queiram, por favor, solicitar a ajuda de um operador digitando asterisco zero. Cabe lembrar que esta teleconferência está sendo gravada.

Antes de prosseguir, gostaríamos de esclarecer que eventuais declarações que possam ser feitas durante essa teleconferência relativas às perspectivas de negócios da CPFL ENERGIA, projeções e metas operacionais e financeiras, constituem-se em crenças e premissas da diretoria da Companhia bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer.

Investidores devem compreender que condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar o desempenho futuro da CPFL ENERGIA e podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras.

Agora gostaria de passar a palavra ao Sr. Wilson Ferreira Junior. Por favor, Sr. Wilson, pode prosseguir.

Sr. Wilson Ferreira Jr.: Muito bem, muito bom dia a todas e a todos os investidores, analistas que nos acompanham nesta conferência de primeiro trimestre dos resultados da CPFL Energia. Hoje nós teremos uma apresentação um pouco mais longa onde a gente vai procurar abordar, dentre outras coisas, um pouco das modificações de perfil de consumidores da companhia e isso invoca um conjunto de perspectivas muito positivas futuras.

Eu acho importante também compartilhar com os ouvintes nessa teleconferência algumas evoluções regulatórias que finalmente tivemos e que obviamente tem impacto importante no nosso resultado desse mês.

Obviamente vamos falar sobre os resultados, perspectivas de mercado das nossas empresas e concluir fazendo um acompanhamento das principais obras, do principal investimento que a companhia está fazendo em particular na CPFL Renováveis.

Então eu passo imediatamente para a página 3, até porque temos um fato importante ocorrido nesse primeiro trimestre que corresponde exatamente após doze anos o consumo do consumidor residencial da CPFL Energia voltando ou ultrapassando o patamar de consumo que se verificava à época do racionamento de 2001.

É bem importante colocar a vocês, mais do que essa ultrapassagem de valor, uma mudança relevante no cenário de consumo de energia, no cenário macroeconômico e demografia brasileira. E isso é que estabelece a boa perspectiva que nós vamos poder compartilhar à frente.

Mas vejam que nesse período nós reduzimos em mais de 50% a taxa de desemprego do país chegando a 5,5%; a massa de renda com um comportamento também favorável, um crescimento real de 57%; o salário mínimo também em termos reais crescendo quase 59%; as concessões de crédito...

Cada um desses elementos tem impacto no consumo residencial e comercial: concessões de crédito aumentando 63%; a taxa de urbanização brasileira alcançando 85%; o índice GINI, que avalia a concentração de renda, caindo 3 pontos e chegando a 0,52; e observem os indicadores de posse de eletrodomésticos: geladeiras chegando a 93%, a televisão chegando a mais do que 95%, mas ainda verificando-se no Brasil um potencial de crescimento importante.

Nós estamos colocando aqui que o tema da máquina de lavar roupa que é possuída por 44% dos domicílios para não dizer de freezer, de micro-ondas, etc., que são equipamentos que começam a fazer parte da vida dos brasileiros e que

tem indicadores de posse todos eles abaixo desse montante da máquina de lavar roupa.

A densidade domiciliar mostra uma redução já seguindo um perfil mundial de 3,5 no caso brasileiro para 3,1 pessoas por domicílio, e observando-se que ao mesmo tempo nós temos uma evolução na eficiência energética e as geladeiras então com um consumo unitário 20% menor do que nós tínhamos em 2004 e a máquina de lavar roupas com um consumo 7% menor. Todas essas variáveis, como falei, implicam em mudanças importantes no perfil de consumo futuro.

Acho importante também compartilhar com vocês na página 4 de uma forma geral a mudança de posicionamento do Brasil em relação ao mundo. Observem que na virada do século pouco antes de nós fazermos o nosso IPO os atores principais das economias mundiais eram as economias desenvolvidas, o que se alterou profundamente: hoje os atores principais são as economias emergentes.

As crises afetavam rápida e drasticamente os países periféricos. O Brasil foi vitimado ao final dos anos 90 por grandes impactos decorrentes dessas crises e hoje as crises afetam principalmente os países centrais, notadamente as economias europeia e americana.

Havia muita volatilidade financeira na virada do século no mundo e os países emergentes hoje tem um nível muito maior de autonomia, e o Brasil certamente é um exemplo dessa ação. Observem no caso brasileiro as mudanças importantes verificadas aqui: nós tínhamos na virada do século juros que se aproximavam a 20% ao ano e os juros hoje são baixos, estáveis, na casa de 7,25% ao ano.

Nós temos também para fazer frente a isso um mercado doméstico muito robusto: a nossa dívida pública reduzindo-se de 60% do PIB para cerca de 35% do PIB; o risco país que à época era mais de 1500 pontos hoje na casa de 147 pontos; praticamente não tínhamos reservas internacionais (38 bilhões de dólares) e hoje nós temos cerca de 379 bilhões de dólares; havia muito pouca atratividade para o capital estrangeiro e hoje nós temos uma intensificação de políticas sociais: cerca de 20% dos mais ricos brasileiros correspondem a 57% da renda quando nós tínhamos isso na casa de 63% na virada do século.

Começamos o século com um aprendizado necessário no tema da crise energética e nós vamos poder falar sobre isso, o quanto nós evoluímos ao longo desses doze anos.

É importante destacar também que o PIB brasileiro na última década do século passado crescia à razão de 2,7% ao ano, o que vem ocorrendo nesta década à razão de 3,6% ao ano.

Então eu acho muito importante fazer essa referência da mudança de patamar do Brasil, e obviamente essa mudança corresponde a um trabalho intenso na área de infraestrutura, e a área de energia talvez seja hoje o melhor exemplo brasileiro, exemplo a ser perseguido por outros setores da economia na área de infraestrutura sob o ponto de vista da regulação e da ação dos agentes privados em torno do investimento.

Observem na página 5 que nós temos essa avaliação da demografia mas observem a perspectiva da economia brasileira, que hoje é a sétima maior economia mundial com um PIB da ordem de R\$ 2 trilhões e que deve crescer ao longo dos próximos 18 anos mais de 6x, e o Brasil se situará então entre as quatro maiores economias do mundo ao final de 2030 com 12,2 trilhões de PIB, e esta avaliação é muito importante: a participação relativa do Brasil aumenta sensivelmente.

E vocês podem observar na parte de baixo - não é o dado médio da CPFL, é o dado médio brasileiro - onde nós teremos nesse período (nos próximos dez anos) uma perspectiva de crescimento de 23% no consumo de energia por consumidor por mês vindo de 186 KWh/mês para 229 - e volto a ressaltar: não é na área de concessão da CPFL, ela já tem um consumo maior do que isso como pudemos há pouco observar - e ao mesmo tempo em que aumenta a posse de eletrodomésticos e aumenta a eficiência de cada um desses eletrodomésticos. Então esse drive é importante. Vocês sabem, mais de 90% dos consumidores de uma concessionária são consumidores residenciais que apresentam no caso brasileiro e no caso da CPFL em especial perspectivas bastante favoráveis.

Muito bem, vamos passar agora à página 6 onde eu acho importante também compartilhar com vocês nesse primeiro momento a resolução CNPE No. 3 que estabeleceu perspectivas de mudança no PLD (preço do mercado spot) para melhor refletir o risco hidrológico e aumentar a segurança do sistema. Observem que até março de 2013 nós tínhamos o PLD fazendo, determinando a diferença da ordem de mérito; mas para além disso por questões de segurança energética era possível e é possível o despacho fora da ordem de mérito e esse encargo, chamado de segurança energética, era rateado por todos consumidores cativos e livres.

Essa mudança do CNPE No. 3 estabelece um período de transição que corresponde agora de abril 13 a julho 13, e se vocês derem um toque na sua apresentação nós estamos na página 7 e aí a gente observa que o despacho fora da ordem de mérito passa a ser compartilhado por todos os agentes em 50% do seu volume e os outros 50% são adicionados ao preço do PLD com rateio apenas aos agentes expostos no curto prazo.

Essa transição como eu falei ocorrerá até julho e o dado mais relevante é o que acontece onde pode ser observado na página 8: o PLD passa a refletir mais adequadamente o custo do despacho e desta maneira a partir de agosto, quando esta metodologia estiver consolidada, nos teremos aqui uma redução do despacho fora da ordem de mérito, uma sinalização bastante mais clara no que diz respeito ao preço que determina a ordem de mérito e os encargos, os encargos auferidos necessários para o despacho por segurança energética e portanto fora da ordem de mérito, vão ser compartilhados entre todos os agentes.

Isso deve fazer uma redução no custo desse encargo, apenas nesse ano de 2013, em virtude de termos iniciado esse compartilhamento a partir de abril em já cerca de R\$ 900 milhões ou 15%. Então isso deve refletir mais adequadamente o sinal de preço e obviamente na medida em que há um ônus aos agentes expostos, agentes de curto prazo, haverá sem dúvida nenhuma uma melhor alocação do preço da energia entre esses agentes.

Observem na página 9 - e esse também é um dado importante desse aprendizado - o quanto nós evoluímos em termos do nível dos reservatórios por termos no nosso sistema brasileiro um sistema hidrotérmico, a possibilidade do despacho dessas termelétricas. Observem que nós terminamos o ano - o gráfico de baixo do lado esquerdo faz essa referência - nós terminamos o ano com o menor nível de armazenamento dos últimos anos (um pouco superior a 30%) e nesse período de cerca de três meses nós conseguimos evoluir nesse armazenamento para algo na casa de 61,5% já se aproximando então os valores das principais aflúncias dos anos passados e claramente descolando-se daquilo que era o nosso armazenamento em 2001 (a curva de baixo), mostrando que a importância e o aprendizado seja no tema dos sistemas de transmissão interligando todas as regiões brasileiras e permitindo uma melhor distribuição da energia ao longo desses sub mercados, mas especialmente a recuperação do nível dos reservatórios pelo despacho de térmicas, que cá para nós é quase como se nós estivéssemos pagando um prêmio de seguro somente quando ocorre uma perspectiva de sinistro.

E isso faz com que - vocês veem na parte de cima - nas principais bacias nós tivemos de fato um ano com menos aflúncia hidrológica. As bacias, as precipitações foram abaixo da média mas já apresentam nos últimos meses recuperações importantes no Paranaíba, que corresponde a praticamente pouco mais de um quarto do nível de armazenamento brasileiro, a bacia do Rio Grande, que são quase 20% da bacia brasileira, e do rio São Francisco.

Observem que no caso do Sudeste que é a maior, é a caixa d'água brasileira, somente essas duas bacias são responsáveis por quase 50% da acumulação

brasileira já performando em valores próximos de 100% na média ou no caso do Grande já chegando no mês de abril a 114 na média.

Tudo isso permitindo então, e nós fazemos questão de compartilhar o índice de risco de racionamento que é apontado pela consultoria PSR, reduzindo-se na visão de janeiro de 9% para zero em maio. Então eu acho que lições aprendidas, sistemas em evolução. Há o que fazer ainda, mas certamente nós temos aqui uma lição importante sendo compartilhada dando segurança ao sistema brasileiro.

Muito bem. Vamos à página 10 onde eu abro então os destaques desse trimestre, desse primeiro trimestre de 2013. Ele é marcado em particular pelo crescimento de vendas na área de concessão, 4%, nós vamos detalhar isso. Ele é marcado também no nosso caso pela conclusão da revisão tarifária da Paulista em abril com um reposicionamento um pouco superior a 5%, exatamente conforme as previsões compartilhadas previamente nas audiências públicas.

E um fato importante que nós vamos detalhar um pouco mais à frente que é esse aporte da CDE. É óbvio que a ação importante regulatória dos agentes, onde a CPFL se juntou às associações para o equacionamento não só do tema financeiro mas também do tema econômico relativo à CDE, aquele encargo, onde nós tivemos já recebidos pela companhia um valor próximo a R\$ 698 milhões, muito importante para preservar a capacidade financeira da companhia em relação ao seu conjunto de investimentos e também, dada a sensibilidade da própria agência na sua forma de contabilização, utilizando como redução de despesas correntes onde nós podemos também perceber esse tratamento no balanço contábil da empresa.

Fizemos investimentos de R\$ 532 milhões nesse trimestre, pagamos agora no final do mês de abril dividendos de R\$ 456 milhões, tivemos um aumento médio superior a 8% no nosso volume diário negociado em nossas ações.

Alguns reconhecimentos importantes: a nossa distribuidora Santa Cruz foi a vencedora do IASC - Índice de Satisfação do Consumidor da Aneel. A Santa Cruz também figura no primeiro lugar no ranking de qualidade de serviço da Aneel e outras concessionárias do grupo (Paulista, Piratininga e RGE) também foram reconhecidas pela alta qualidade dos seus serviços figurando entre as doze melhores do país, lembrando que o país tem 63 distribuidoras. E um prêmio importante dados aos compromissos de sustentabilidade do grupo: fomos o primeiro lugar no setor de Utilities do prêmio Sector Leader Award de 2013 que é organizado pela Environmental Tracking Global Carbon Rankings.

Então algo importante, um trimestre marcante, um trimestre que como eu falei tem evoluções regulatórias importantes no setor de infraestrutura na área de energia.

Muito bem. Na página 11 nós temos aqui as vendas de energia. Vocês podem observar um crescimento na área de concessão de 4%. Ele é configurado pelo crescimento das vendas diretas a consumidor final de 1,9% (os consumidores cativos de distribuição) e uma venda já maior de 9,6% para os clientes livres, que são as grandes indústrias, então já apresentando essa perspectiva de crescimento aqui verificado.

Observem na parte de baixo que nós temos ainda um crescimento violento, importante, vigoroso de 8,3% no setor residencial e de 6,3% no setor comercial. Isso de alguma maneira reflete a evolução daquele cenário macroeconômico e de consumo que nós apresentamos ao início desta conferência. Observem também no caso industrial já sendo positivo em 1,5%, o que abre essas perspectivas positivas em relação ao crescimento anual do Brasil.

Nós por conta disso temos crescido na nossa área de concessão acima da média brasileira (são 4,5% contra 2,5) e notadamente no sudeste a diferença da área de concessão das distribuidoras do grupo em relação à própria região é mais marcante.

Passamos agora à página 12 onde nós temos aqui as vendas de energia e aí já olhando a venda direta consumidores finais. Já havíamos falado sobre 1,9% do cliente cativo e aí vocês observem mais dois blocos: o bloco de comercialização no mercado livre e geração convencional crescendo 8,7 e a Renováveis crescendo 55%. Eu vou fazer um detalhamento disso um pouco mais à frente, mas certamente em vista seja do desempenho do sistema eólico, dos ventos deste ano, seja também notadamente pela expansão da CPFL Renováveis com a entrada em operação de vários parques (Santa Clara, Bons Ventos e a PCH de Salto Góes).

Então é um momento importante. Falei do tema dos consumidores livres e vocês observem embaixo que a companhia vem atuando de uma forma muito organizada nesse segmento que tem uma perspectiva de crescimento importante ao longo dos próximos anos. Então vocês observem que no primeiro trimestre do ano passado nós tínhamos 172 clientes livres atendidos pelo grupo, 38 deles fora da área de concessão da companhia e 134 dentro da área de concessão das distribuidoras do grupo.

Observem que neste ano nós tivemos um crescimento de cerca de 90 consumidores livres novos chegando a 262 e dessa conquista foram somente nesse trimestre 31, 13 deles fora da área de concessão e 18 na área de concessão da concessionária. Então com uma ação que tem sido efetiva, são sementes que estão sendo plantadas para que a companhia se consolide. É a

maior operadora do mercado livre brasileiro ainda com cerca de 10% de market share e esses novos consumidores certamente vão dinamizar a ação do mercado livre do grupo.

Nós temos um gráfico em cima só para demonstrar que até o final do ano passado nós viemos crescendo desde 2004 à razão de 12% ao ano na capacidade instalada do grupo chegando próximo de 3.000 MW, onde a gente tem ainda um conjunto de operações a serem incorporadas ao longo do ano, eu falarei em detalhe mais à frente.

Vamos agora à página 13 onde nós temos os resultados desse primeiro trimestre, um trimestre marcado pelo crescimento de receita naturalmente por conta de volume de vendas que nós já detalhamos e de tarifas ocorridas entre o primeiro trimestre do ano passado e deste ano. Nós apresentamos como sempre o reporte em IFRS e o reporte em IFRS com consolidação proporcional de geração que ocorre a partir deste ano.

E obviamente para que o senhores investidores e analistas possam ter uma visão recorrente da companhia nós fazemos aqui o abatimento da conta de ativos e passivos regulatórios que não é adequadamente, na nossa opinião, reconhecida no IFRS, ou seja, o dispêndio de caixa verificado ele acaba sendo uma despesa corrente e a CVA naturalmente permite, já pela sua prática de mais de doze anos, ela permitia no US Gaap e no BR Gaap essa despesa ser diferida para que ela fosse ativada somente no momento em que... no aniversário de tarifas de cada uma das concessionárias você pudesse ter o alinhamento da receita a ser aferida junto ao mercado consumidor com aquela despesa que, indexada à Selic, foi sustentada pela companhia em nome do consumidor nesse período.

Então nós temos de forma recorrente no gráfico de baixo 18,5% de crescimento na nossa receita atingindo 3,604 bilhões. Observem que tanto no gráfico em IFRS quanto no recorrente nós estamos falando aqui de um crescimento do Ebitda da companhia entre 6,8 e 7,8, e aí evidentemente fruto dessa pequena distorção que a gente tem em IFRS o lucro caindo 1,8% e chegando a R\$ 405 milhões ou de forma recorrente 410.

Destaco a vocês que nesse trimestre aí é uma consideração embaixo quais são os itens não recorrentes. Então fizemos aqui um conjunto de provisões adicionais para robustecer o nosso balanço, e obviamente um dos principais itens é a exposição ao MRE que foi verificada no mês de janeiro principalmente incorrendo em 66 milhões na base do Ebitda e 44 milhões na base do lucro líquido. Temos então uma variação de 76 milhões em Ebitda no todo dessa comparação de primeiro trimestre de 2012 com 2013 e de R\$ 5 milhões no lucro líquido.

Vocês vão observar que nós temos aqui um recebimento importante, eu já havia destacado no início dessa apresentação e nós achamos importante compartilhar com o mercado de uma forma mais didática como isto ocorre. Então na página 14 nós temos, decorrente do Decreto 7945, uma metodologia que passa a ser aplicada desde então e a primeira parte dela corresponde a uma cobertura integral pela CDE por meio de repasses mensais em primeiro lugar pelos efeitos decorrentes da medida provisória 579; e que efeitos são esses?

O primeiro deles a exposição involuntária da companhia, ela decorre daquela alocação de cotas. Dado que algumas concessionárias não aderiram ou não fizeram a opção por renovar as suas concessões nós tivemos um número de cotas disponibilizado a todas as distribuidoras, inclusas as do grupo CPFL, menor do que aquele que era previsto. Isto obviamente provocou em cada uma das distribuidoras uma exposição involuntária, ou seja, elas estão vendendo mais do que têm em termos de contratos com suas cotas, essa exposição coberta integralmente e mensalmente por conta da CDE.

Há um segundo tema. Quando houve a conversão desses volumes de energia aquela energia assegurada daquelas usinas que não aderiram à medida provisória você também teve uma mudança do critério. Essas concessionárias que passam agora a serem operadoras de ativos não mais assumirão o risco hidrológico, ou seja, o risco de ter menos água do que o volume inteiro brasileiro, e esse risco hidrológico então agora passa a ser de responsabilidade do próprio consumidor. Então as distribuidoras ficaram com esse risco associado às cotas e esse risco é integralmente coberto pela CDE por meio de repasses mensais.

Há também, passando agora para página 16, o próprio despacho de térmicas. Ele está numa cor diferente e esse despacho de térmicas fora da ordem de mérito a partir de janeiro de 2013 é que eleva um encargo de serviços do sistema. Esse despacho de térmica fora da ordem de mérito também é, a partir dessa nova metodologia, coberto pela CDE por meio de repasses mensais. Mais à frente eu vou colocar os valores econômicos e financeiros dessa transação.

Quando a gente passa para a página 17 a gente observa que aí nessa metodologia há um segundo tratamento: então há três elementos, os três referenciados acima de dois efeitos diferentes, ou seja, os efeitos da MP e os efeitos do despacho fora da ordem de mérito são pagos pela CDE por meio de repasses mensais.

Mas há também, e essa é uma evolução importante sob a ótica regulatória, um tratamento dado aos custos acumulados não cobertos pela CVA, até porque no

ano passado tivemos um dispêndio bastante maior, foi o responsável por preservar ou por permitir o enchimento dos nossos reservatórios.

Então há também um tratamento feito no sentido de dar uma antecipação à vista, ou seja, o pagamento total ou parcial do saldo que você tinha em CVA, saldo esse que foi se acumulando e crescendo fortemente a partir de setembro do ano passado, de tal maneira a limitar o impacto do evento tarifário para o consumidor em 3%.

Então as concessionárias avaliam o quanto será repassado que daria um repasse superior a 3% e então todo esse volume é feito numa antecipação à vista para a concessionária, exatamente o que aconteceu no caso da Companhia Paulista de Força e Luz (a nossa maior distribuidora) exatamente agora a partir do dia 8 de abril quando ela teve a sua revisão tarifária.

Então esse corresponde ao quarto item de dispêndio, ou seja, são os contratos de compra de energia no ambiente regulado (os famosos CCEARs) por disponibilidade que são sujeitos à variação do PLD e o despacho estava fora da ordem de mérito e que não estavam, portanto... a companhia tinha no mês de abril do ano passado uma perspectiva apontada pela agência de qual seria o PLD. O PLD foi maior do que aquele e portanto ela teve custos maiores verificados. Esses custos seriam auferidos ou seriam recuperados a partir da aplicação de um valor na sua tarifa que seria maior do que 3%.

Então o tratamento dado é passa-se 3% e os demais valores são integralizados à concessionária à vista no momento da revisão tarifária. Isso obviamente traz um benefício à CPFL.

Quando a gente passa para a página 18 a gente vê esses três blocos já com os valores auferidos, o seja, nosso dos efeitos da MP 579. Tivemos R\$ 105 milhões no primeiro trimestre, o despacho de térmicas fora da ordem de mérito R\$ 222 milhões e os custos acumulados não cobertos pela CVA no montante de R\$ 371 milhões, esses específicos da Companhia Paulista de Força e Luz, a nossa distribuidora.

Se a gente der mais um clique aqui na página 19 nós vamos ver a divisão desses R\$ 371 milhões sobre a ótica dos três elementos: o elemento de compra de energia de 2012, a CVA de 2012 (R\$ 243 milhões), o encargo de serviços de sistema de 2012, ele não era detalhado no ano anterior (44 milhões) e 84 milhões da compra de energia em janeiro de 2013 que também foi incorporada nessa demonstração.

E finalmente se apertarmos novamente chegamos à página 20 e nós teremos aí a contabilização, como eu havia falado. Não bastava às concessionárias até por questões da maior parte delas (não é o caso de CPFL) de rating, de que você tivesse essa contabilização como um redutor de despesas com compra de energia e encargos. E isso ocorre e aí nós juntamos os azuinhos com os verdinhos e no que diz respeito à compra de energia são 432 milhões, então a soma de 105 milhões mais 243 e mais 84; e do outro lado os encargos de uso do sistema (ESS) que nós temos aqui em 222 mais 44 totalizando R\$ 266 milhões.

Portanto referente a esse primeiro trimestre nós temos no nosso balanço reconhecidos R\$ 698 milhões a esse novo tratamento dado pelo decreto 7945 e temos no dia de hoje a previsão de integralização de todos esses recursos no caixa da companhia.

Vamos agora à página 21 onde nós passamos a fazer a avaliação seja do comportamento do Ebitda da companhia seja do lucro da companhia, e aqui sempre com aquelas considerações, ou seja, vocês podem observar até o efeito positivo. Os eventos regulatórios não recorrentes são pequenos dado o tratamento dos R\$ 698 milhões, então nós estamos falando aqui no Ebitda que cresce à razão de 4,7% no nível gerencial e que cresce de 6,8% em IFRS, com valores bastante semelhantes entre eles.

O que determina se esta variação é positiva em um dos casos? Em primeiro lugar o crescimento da receita líquida de 11%, R\$ 357 milhões; aqui dois eventos positivos: basicamente o crescimento de CPFL Renováveis e de geração comercial e de comercialização e serviços na comparação desses trimestres. Tivemos aqui no caso específico de distribuição uma redução obviamente por conta das revisões tarifárias verificadas tanto no caso da Piratininga quanto das cinco concessionárias menores no estado de São Paulo (Santa Cruz e a Holding Jaguariúna).

Nós tivemos então por conta desta aplicação da revisão tarifária e mais do que isso a própria redução de 20% na tarifa verificada no mês de janeiro dada a todos os consumidores em todas as concessionárias, então nós temos uma redução na distribuição de R\$ 463 milhões e um reajuste tarifário médio de -12,6% fazendo frente então às revisões tarifárias e à redução de 20%.

E finalmente por conta disso nós tivemos na comparação dos trimestres um ganho em deduções de receitas: dado que a receita é menor as deduções também foram menores que o ano anterior, então isso justifica o nosso crescimento de R\$ 357 milhões na receita líquida.

Do outro lado temos um custo com energia e encargos crescendo 9,7. Há algum tempo isso não ocorre, ou seja, esse é um custo de energia e encargos menor do que a receita líquida. Isso decorre do aumento líquido de 28% com energia comprada onde nós tivemos um aporte da CDE de R\$ 432 milhões, uma exposição no MRE (o chamado GSF da geradora de grande porte convencional e geração renovável) de 66 milhões, esse é um evento não recorrente devido exclusivamente àquele tratamento mantido no mês de janeiro e... uma redução líquida de 60% nos encargos setoriais via o aporte da CDE novamente de R\$ 266 milhões.

Finalmente nós temos aqui o aumento das nossas despesas dos custos operacionais, de pessoal, material, serviços e outros de 35%. Aqui é importante destacar que nós temos um conjunto de despesas não recorrentes: primeiro as despesas legais e judiciais (e nós com isso praticamente concluímos os nossos reforços de provisão), R\$ 73 milhões; a baixa de ativos da EPASA, tivemos lá um reparo na nossa usina de R\$ 13 milhões; tivemos aqui CPFL Renováveis e Serviços com custos maiores obviamente também em ações maiores; e a compra de óleo no caso específico da EPASA, nós estamos despachando essa usina, como falamos, desde setembro do ano passado.

É importante destacar a variação do próprio PLD do primeiro trimestre do ano passado para esse... de R\$ 125 para cerca de R\$ 340 e a própria taxa de câmbio, que de alguma forma indexa os contratos de Itaipu, vindo de 1,76 para R\$ 2.

Nós fazemos na página 22, e reconhecemos que há uma avaliação um pouco mais complexa, porque a companhia tem uma vocação importante de gerenciamento de custos. Então nós fazemos aqui uma conciliação de tal maneira a verificar qual é de fato a variação de custos comparáveis do nosso grupo, dado que é um grupo que encontra-se em crescimento. Estamos ampliando a capacidade de geração renovável e naturalmente temos uma ampliação de custos compatível, proporcional com esta elevação de capacidade.

Nós temos aqui o despacho da usina termelétrica, nós temos que compatibilizar o custo desse óleo de tal maneira que a gente pode observar o seguinte: o custo percebido no balanço é de 32,9% na comparação pura e simples do PMSO do primeiro trimestre do ano passado com esse, ou seja, um crescimento de R\$ 133 milhões.

Quando nós fazemos as considerações, as conciliações de pessoal e de MSO desse trimestre do ano passado com seus eventos não comparáveis ou não recorrentes com o deste ano, e essa demonstração encontra-se abaixo, em particular das empresas que determinam essas variações (e isso quase que

exclusivamente Renováveis, Serviços, CPFL Serviços e EPASA) para além das provisões, nós verificamos um crescimento das despesas de 5,2 contra um crescimento do IGPM, que é um indexador importante de contratos da companhia, em 8,1%. Então isso determina numa comparação normalizada uma redução de custos de R\$ 10 milhões em PMSO sendo 2 milhões em pessoal e 12 milhões em MSO.

Passamos agora à página 23 aí só fazendo uma consideração sobre o lucro líquido, lucro líquido que em valores reportados caiu 1,7% para 405 milhões e que em valores recorrentes e gerenciais cresce 2,8 para 410 milhões, de qualquer forma uma diferença muito baixa.

Ele obviamente é direcionado principalmente pelo crescimento do Ebitda da companhia (são 50 milhões a mais conforme demonstração que fizemos a pouco, 4,7%), uma redução de 15% no resultado financeiro líquido negativo, e aqui um conjunto de efeitos: a atualização financeira do ativo das distribuidoras, prática contábil desde o ano passado; redução de encargos de dívidas, 46 milhões porque estamos com o CDI caindo conforme demonstração de 11,4 para 7,5; uma redução nas atualizações monetárias e cambiais fruto também da mesma variação cambial; uma redução da renda de aplicações, ou seja, mesmo com um saldo a empresa aplica a CDI, e então nós temos uma redução também dessa renda porque o indexador é o CDI e a própria consolidação da dívida de CPFL Renováveis, nós consolidamos 100% da companhia.

Temos um aumento de 33% em depreciação e amortização, e aí certamente pelo crescimento da CPFL Renováveis em 37 milhões e a depreciação de ativos de distribuição segundo nova metodologia da Aneel, e aí uma variação pura e simples de imposto de renda de R\$ 18 milhões em função do melhor resultado.

Passamos à página 24 só para a discussão de alavancagem. Nesse trimestre nós fechamos o trimestre com dívida líquida de 12,5 bilhões. Se observássemos aqui este valor, o ratio dívida líquida/Ebitda reportado por IFRS de 3,34, mas nós ressaltamos que desde o ano passado a companhia fez com seus financiadores, os covenants foram negociados à razão de 3,75 em cima do Ebitda ajustado da empresa conforme esse detalhamento aqui colocado, de tal maneira a reportar mais adequadamente seja o desempenho da empresa, seja especialmente suas dívidas. Então para efeito de covenant é um covenant que a medida na Holding, cujo cap é de 3,75 e nós estamos com 3x dívida líquida/Ebitda.

O destaque aqui é para o custo da dívida. Vocês vejam em termos reais 1,7 é o menor custo da história da empresa, e adequadamente indexada. Nós não temos nenhuma exposição cambial, já é conhecido de vocês, por prática de governança.

60% da dívida indexada a CDI e os demais custos principalmente a TJLP e prefixados, são 35% de dívidas contraídas junto ao BNDES.

Na página 25 só o cronograma de amortização de dívidas. Uma dívida bastante equilibrada, distribuída no tempo, prazo médio de 4,5% no curto prazo, isso medindo nos doze meses apenas 12% do total da companhia, ou seja, ela tem uma cobertura de cerca de 1,9x a dívida de curto prazo, e sob o ponto de vista de caixa 1,7x.

Então trata-se de uma companhia que está com cerca de R\$ 3,142 bilhões e a única diferença que tem no item 3 é exatamente os recursos da CDE que ingressaram no mês de maio e não no mês de março como aqui é referenciado.

Muito bem. Eu só quis colocar também, nós quisemos trazer para o conhecimento de vocês - até porque reportamos o resultado da Renováveis no dia de ontem - mas a Renováveis encontra-se em crescimento importante e então quisemos trazer já um pouco do impacto detalhado de Renováveis. Ela cresce 77% desde a fusão quando ela tinha 652 MW e está com 1153. Isso determinou um crescimento de receita líquida de 70% e do seu Ebitda no primeiro trimestre já de 140 milhões, ou seja, um crescimento de 76%.

É óbvio, nós estamos em processo de crescimento, crescimento utilizando a capacidade financeira da empresa, utilizando o espaço prudente e otimizado de alavancagem. Ela tem um prejuízo de 26 milhões em razão dos dispêndios com financiamentos, etc.

Mas é importante destacar que nesse período então aquisições, seja o complexo Bons Ventos, a nossa biomassa Ester (cerca de 200 MW nessas aquisições), a entrada em operação de mais de 300 MW, Bio Ipê, Bio Pedra, o complexo Santa Clara eólico, a usina solar de Tanquinho (a maior usina solar brasileira nesse momento), a PCH de Salto Góes que nós tivemos a água no mês de dezembro, e os impactos do lucro líquido a que eu havia feito referência com um maior endividamento o suporte esse plano de expansão, maior despesa de depreciação e amortização da entrada desses novos projetos (e isso fica muito claro na própria consolidação de CPFL) e a própria sazonalidade típica desse início de ano para biomassa e eólicas.

Mas é importante destacar, vocês veem na página 27, que ela está com... a CPFL Renováveis com um histórico de alta taxa de eficiência. A produção real dos últimos doze meses é superior ao fator de capacidade certificada, isso porque sempre há um questionamento e nós somos bastante disciplinados em relação ao desenvolvimento de parques eólicos seja no fato de ter duas medições, seja no fato de utilizar referências mais altas de produção.

Então observem que em cada um deles: Paracuru com 120% do fator de capacidade certificado, então nós estamos produzindo praticamente 20% a mais; em Foz do Rio Choró com 26% a mais; em Icaraizinho com 19% a mais; Praia Formosa 112% a mais... 12% a mais; Enacel com 17% a mais; Bons Ventos com 12% mais, Albatroz com 25% a mais e Canoa Quebrada com 16% a mais.

Então do lado esquerdo vocês observam o fator de capacidade certificado, aquele que deveria ser objeto de participação no leilão, e o fator de capacidade real dos últimos doze meses. Então a taxa de eficiência é de fato mais alta como fator consolidado dos últimos anos bastante mais elevado.

Nos parques da Siif nós estamos falando de 44,5% e nos parques dos Bons Ventos 46,5%. Então de fato um desempenho importante e que consolida, confirma todas as práticas da empresa.

Na página 28 nós estamos finalizando aqui só para reportar o estágio atual das principais obras, destaque aqui principalmente para Coopcana e Alvorada que nós devemos colocar em operação já nesse segundo semestre... segundo trimestre perdão, e no caso específico de Complexo de Macacos, Atlântica e Campo dos Ventos II nesse terceiro trimestre, ou seja, nós estamos colocando mais de 300 MW nesse terceiro trimestre e no conjunto das nossas operações de CPFL Renováveis.

Passo apenas à página 29 para demonstrar esse ranking de qualidade de serviços da Aneel com destaque à Santa Cruz, à Piratininga, à Paulista e à RGE entre as doze melhores, sendo a Santa Cruz a melhor e vencedora do IASC.

Passo à página 30 apenas para notificar o desempenho das ações. Nós fomos abaixo, fomos negativos mas melhores do que o IEE e do que o Ibovespa nesse período. O destaque aqui sem dúvida nenhuma é o crescimento do volume diário. As ações então dos diversos índices em termos de desempenho aqui reportado destacado o desempenho de CPFL conforme o gráfico.

Eram basicamente essas as colocações. Eu junto com minha equipe, Gustavo e os demais diretores aqui comigo estamos agora à disposição de vocês para perguntas.

Sessão de Perguntas e Respostas

Operadora: Com licença senhoras senhores, iniciaremos agora a sessão de perguntas e respostas. Para fazer uma pergunta por favor digitem asterisco um e para retirar a pergunta da lista digitem asterisco dois.

Nossa primeira pergunta vem do Sr. Vinícius Canheu, Credit Suisse.

Sr. Vinícius Canheu: Oi Wilson, Gustavo, boa tarde e obrigado pelo call. Eu tenho duas perguntas, uma eu queria pedir se possível alguma atualização em relação ao processo de aquisição do Grupo Rede, se vocês poderiam passar.

E a segunda é em relação a uma dúvida na Resolução 3 do CNPE que você apresentou. A impressão que eu tenho é que uma vez que ela começar, principalmente as novas regras de cálculo começarem a valer, com um PLD mais alto o ESS tende a ficar mais baixo; mas o despacho na ordem do mérito vai ser maior, ou seja, com isso o custo, a despesa de compra de energia das distribuidoras tende a aumentar bastante também, e até onde eu entendi isso não está contemplado pelo suporte da CDE, pelo apoio às distribuidoras.

Eu só queria entender se isso pode ser uma complicação para o segundo semestre uma vez que o PLD tende a ficar mais alto ou no mesmo nível que está hoje, o ESS mais baixo mas a despesa de compra de energia das distribuidoras pode ser que aumente bastante para frente também e algumas distribuidoras venham a ter de novo o problema de fluxo de caixa com isso. Obrigado.

Sr. Wilson: Bom Vinícius obrigado pela pergunta. Eu vou começar pela segunda e você tem completa razão, é isso mesmo. A despesa de compra de energia vai aumentar; mas qual é a vantagem que elimina um pouco da tua suspeita? Veja o caso específico da própria Paulista somente neste ano: nós tínhamos 110, R\$ 110 como preço de referência do PLD para a compra de energia e somente já nesse momento da revisão tarifária já passou para R\$ 295, aumentou a capacidade de compra da companhia em cerca de R\$ 500 milhões no período e então ela não vai ficar exposta financeiramente porque ela já tem na partida a cobertura tarifária.

Isso, eu diria, se dá um nível muito maior que transparência no momento dos reajustes ou revisões tarifárias porque a metodologia é consagrada, não há mais como... “olha, eu acho que vai ser isso, você acha que é aquilo”. Não. Existe um fornecedor único de dados e o fornecedor único de dados vai colocar a sua previsão e essa previsão, concordando com o que você colocou em função de cenário hidrológico, etc., ela tende a ser maior. Mas a concessionária já parte no seu ciclo tarifário com cobertura para fazer frente a esse despacho, coisa que ela não tinha antes.

Bom, com relação à primeira pergunta do Grupo Rede nós estamos naquele prazo de debate, na verdade, entre os credores e os proponentes da recuperação judicial. Esse processo tem 150 dias para ocorrer e depois mais 30 dias para uma eventual segunda assembleia. Esses primeiros 150 dias agora nós teremos sendo realizados ao longo do mês de junho.

Então nós entendemos que esse processo está avançando e está havendo um processo de reconhecimento, de interação entre os credores e os advogados do proponente da recuperação judicial. Em princípio nós devemos ter então essa primeira assembleia ao longo do mês de junho podendo-se avançar em um segundo prazo de mais trinta dias ao longo do mês de julho.

Essa é a perspectiva. Nós entendemos que a operação caminha, está num bom caminho para que se conclua no começo de julho.

Sr. Vinícius: Tá ótimo, obrigado.

Operadora: Com licença senhoras e senhores, lembrando que caso haja perguntas digitem asterisco um.

Nossa próxima pergunta vem do Sr. Marcelo Sa, Brasil Plural.

Sr. Marcelo Sa: Bom dia a todos. Na verdade eu queria entender, que vocês pudessem comentar um pouco a put que os private equities que são acionistas da CPFL Renováveis tem contra a CPFL caso não tenha um evento de liquidez ou um IPO ainda nesse ano.

A minha pergunta é pode ser que essa put seja renegociada, seja adiada em mais um ano ou isso vai ser definido esse ano ainda? Obrigado.

Sr. Wilson: De fato, e é público, nós temos... quando nós fizemos a fusão para viabilizar a fusão e dado que fizemos uma troca de ações com o grupo ERSA nós, sim, temos uma put que vence agora em agosto. Nós, tal como os nossos sócios da ERSA, estamos avaliando as alternativas que a companhia tem e sem dúvida nenhuma em se tratando de uma relação que é bastante amistosa e construtiva em prol do bom futuro da companhia que nós estamos criando e que tem tido, como mostrei aqui, um excelente desempenho, é sempre possível a negociação.

Como eu já havia colocado por diversas vezes ao mercado nós quando criamos essa companhia a capitalizamos de tal maneira que ela tivesse condições de performar não só esses 300 MW que estão entregando hoje mas os outros 300 MW onde ela está envolvida para entregas para depois do ano de 2013.

Então nós estamos conversando no conselho de administração da companhia qual será a melhor alternativa para a companhia. Evidentemente a put foi montada para que de alguma maneira e em algum momento o nosso sócio pudesse ter perspectivas de liquidez.

A liquidez pretendida nunca foi essa via put; a liquidez pretendida sempre foi via uma perspectiva de IPO porque ele, IPO, é a solução mais importante para a

companhia para de alguma maneira injetar mais recursos e para que ela possa se aproveitar e dar uso ao pipeline que ela constituiu de mais de 3.000 MW, cerca de 1.000 MW já certificados, ou seja, PCHs com licenciamento, com um terreno comprado, ou eólicas com medição de ventos já conferidos e reconhecidas pela agência.

Então o prazo seria o do mês de agosto, o objetivo seria o da liquidez em particular pela via do IPO e nós vamos avaliar com os nossos sócios da melhor maneira possível como fazer com que a companhia continue crescendo. Então nós estamos obviamente permanentemente em conversas com eles.

Sr. Sa: Muito obrigado.

Operadora: Com licença novamente, caso haja alguma pergunta por favor digitem asterisco um. Com licença senhoras senhores, lembrando que para fazer perguntas basta digitar asterisco um.

Nossa próxima pergunta vem do Sr. Vinícius Canheu, Credit Suisse.

Sr. Vinícius: Oi Wilson, aproveitando o espaço a gente tem visto por parte do governo, principalmente isso tem ganhado bastante espaço na imprensa, essa revisão para cima de expectativa de taxa de retorno em outros ativos de infraestrutura, eu acho que essa semana o principal destaque foi a parte de rodovias.

Você acha que tem espaço para acontecer alguma coisa parecida com os projetos de transmissão ou de geração para o setor elétrico? Porque por exemplo hoje a gente teve essa manhã o primeiro leilão de transmissão e praticamente 40% dos lotes não houve propostas para esses lotes. Não sei se é questão ambiental ou muito provavelmente a taxa de retorno implícita no que era o leilão não agradou os investidores.

Olhando um resultado como esse a impressão que eu tenho é que esse tipo de ajuste que está sendo feito nas rodovias precisaria ser feito em projetos de geração e transmissão de energia elétrica também. Eu queria saber sua opinião sobre isso e se dentro das conversas que você tem existe alguma possibilidade, se você já viu do lado do governo a possibilidade de isso ser revisto para cima também. Obrigado.

Sr. Wilson: Eu acho que a pergunta é muito boa. Eu acho, Vinícius, que se a gente for verificar - e fica muito claro, eu fiz questão de colocar isso logo no começo - quando você pega a taxa de risco Brasil há dez anos e a taxa de risco hoje nós tivemos uma queda importante. Eu não tenho dúvida que isso, e a gente acompanhou, isso refletiria na taxa de retorno real dos projetos, até porque seria

descabido ambicionar taxas quando você tinha um ambiente de volatilidade e de risco tão maiores do que você tem hoje.

O fato, infelizmente, é de que a gente imagina que essas taxas de retorno possam cair num nível onde o risco não seja presente. E você bem sabe que projetos de infraestrutura, que são projetos onde você tem um investimento e um financiamento de longo prazo e ele não se encerra no momento em que você tem o projeto, ele se encerra no momento em que você conclui o projeto.

Então em se tratando de uma construção de transmissão, uma construção de qualquer empreendimento desde uma PCH até uma grande usina a figura do risco - e existem vários riscos: risco de meio ambiente, risco hidrológico, risco geológico - ele tem que ser remunerado adequadamente.

Havia, eu acredito, uma percepção de que essas taxas poderiam cair em níveis muito baixos, inclusive sinceramente em níveis muito mais baixos do que no exterior, o que não é uma verdade. Eu reconheço e devo ser um dos poucos que reafirma sempre a evolução do nosso marco regulatório como um instrumento importante para a estabilidade de regras, com evolução na regulação reconhecendo, como tivemos aqui ao longo dessa conferência, alguns pontos de aperfeiçoamento que foram minimamente endereçados pelo governo.

Nós evoluímos aqui, mas eu acho que talvez não tivéssemos evoluído adequadamente na visão de taxa de retorno. Havia, eu acho, da parte do governo... certamente, corretamente ele tinha a intenção de ter taxas mais baixas; mas acho que agora, e o caso das rodovias é exemplar, ele percebe que um empreendimento de infraestrutura para além das garantias oferecidas no prazo da concessão, da indexação, ele tem o risco - e o risco precisa ser remunerado.

E eu acho que isso abre, sem dúvida nenhuma, caminho para que você tenha a atração de investidores. O capital tem que ser atraído para o investimento de infraestrutura seja pela perspectiva de um bom projeto com taxas de retorno que sejam compatíveis com um projeto de infraestrutura, e portanto há a adição.

Vocês que avaliam sempre o custo de capital próprio daquele pessoal que entra e sai de uma ação nossa, tem que se adicionar a essa taxa de retorno um spread de risco porque o investidor vai ficar casado com esse projeto ao longo do prazo da concessão e ele especialmente enfrentará no processo de construção algumas, ainda, ineficiências do nosso sistema que está evoluindo mas não eliminaram completamente o risco.

Portanto seja no tema ambiental seja no tema do prazo para que você possa entregar esse projeto seja nos riscos intrínsecos desse projeto, ele tem que ser

reconhecido. Eu acredito que o movimento feito no caso da rodovia é um movimento importante a ser compartilhado em toda a infraestrutura, porque como você sabe a melhor coisa que a gente tem aqui é fazer o projeto; o país perde quando um projeto como esses 40% dos lotes de transmissão não foram bidados.

Nós estamos com um atraso, nós aumentamos o risco do sistema de uma forma global e nós não podemos ter isso. Então o ideal é que a gente coloque preços que atraiam o capital e fruto de um processo bem estruturado de disputa a gente possa ter a menor taxa, ou seja, ter aquele player que consegue se comprometer com um projeto oferecendo menor taxa. Mas certamente essa taxa é maior do que o custo de capital e adicionado de um spread que seja compatível com risco que ele vai passar a tomar no momento do bid.

Eu acredito ser tal qual a melhora de regulação um bom movimento do governo para que ele possa atrair capital e colocá-lo em disputa e às vezes nessa disputa você consegue certamente taxas menores ou a menor taxa possível, o que deve ser o objetivo de todo governo. Mas em primeiro momento atraia o capital, e você atrai o capital com bons projetos e boa regulação.

Sr. Vinicius: Tá ótimo, obrigado.

Operadora: Nossa próxima pergunta vem do Sr. Felipe Leal, Merrill Lynch.

Sr. Felipe Leal: Boa tarde a todos. Eu tenho uma pergunta sobre a renovação de concessões de distribuição. Eu sei que para a CPFL é uma questão menor, a maioria das concessões de distribuição ainda tem muitos anos de concessão.

Mas para as pequenas que tem a concessão vencendo em 2015 eu acho que você já mencionou no passado que já existe uma oticidade tarifária no modelo atual de tarifa, mas eu gostaria de saber se já tem alguma indicação ou alguma expectativa sobre que tipo de condicionante o governo está falando para metas de qualidade de serviço ou potencialmente metas de saúde financeira para essas concessões.

Sr. Wilson: Felipe obrigado pela pergunta, mas eu tenho pouco a adicionar. Nós não temos ainda... nós estamos conversando. Nós sentimos que um objetivo maior nesse processo é fazer com que você tenha bons players, com que você tenha áreas de concessão consolidadas, e já teve até iniciativas recentes nessa direção e talvez o desafio maior seja no sentido da melhora da qualidade de atendimento e da redução dos índices especialmente de duração e de frequência da interrupção. Me parece ser esse o principal target para além da universalização que já está andando.

Obviamente nós já havíamos sinalizado, era a nossa percepção de que num sistema onde você já tem as revisões tarifárias periódicas de que não houvesse um ônus adicional a ser colocado para a renovação, até porque aqui sem dúvida nenhuma e no caso da distribuição você tem investimentos continuados.

Diferente de um investimento em geração e transmissão onde você faz um investimento uma vez só e aí tem uma manutenção muito pequena, no caso de distribuição você tem que ter saúde financeira para enfrentar investimentos e despesas diárias de grande porte.

Eu acho que o próprio reconhecimento da 7945 que nós demonstramos aqui mostra a preocupação que a regulação e o governo tem em manter as concessionárias de distribuição com boa saúde financeira. É por isso que eu acho que todos os aspectos que foram mencionados nessa pergunta, seja no tema da taxa de remuneração do WACC seja da ação, como eu falei, de recuperação desses recursos da CDE na velocidade em que ele ocorreu, todos eles concorrem para que a gente tenha implicitamente um reconhecimento do governo da importância da saúde financeira além da econômica das concessionárias de distribuição.

E por quê? Porque a concessionária de distribuição como sendo comprador, eu diria assim, um comprador de primeira instância dos PPAs seja de geração seja de transmissão e não tendo a possibilidade de inadimplir - seria inadequado que tivesse - ele tem que ser visto pelo sistema como o título AAA para que os financiadores desses investimentos - seja o BNDES, seja futuramente, se Deus quiser, as debêntures de infraestrutura - eles possam ter uma garantia absoluta de recebimento.

Você não pode utilizar um PPA de uma distribuidora que não seja executável com a certeza da execução. Então a minha visão é de que essa renovação ela terá sem dúvida nenhuma um conjunto de desafios a serem colocados notadamente, como falei, na área de qualidade.

Mas ela deve também ter, e eu estou sendo otimista em relação a esses últimos movimentos que tivemos, ela deve ter o reconhecimento da necessária qualidade financeiras desses ativos para que eles possam ser utilizados como tem sido - e bem - para financiar a expansão da cadeia inteira do sistema para além da distribuição, a transmissão e a geração.

Sr. Felipe: Obrigado.

Operadora: Com licença senhoras senhores, por favor, caso haja perguntas digitem asterisco um.

Nossa próxima pergunta vem do Sr. Sergio Tamashiro, Safra,

Sr. Sergio Tamashiro: Boa tarde a todos. Wilson eu queria saber um pouquinho como está a expectativa de vocês com relação à re-licitação dos ativos a serem retomados pelo governo, principalmente com relação a Três Irmãos, quando e principalmente também a expectativa de vocês com relação a possíveis custos adicionais que essas hidrelétricas venham a ter (por exemplo custos ambientais) e depois se houver algum tipo de operação não esperada, troca de equipamentos, se essa receita que eles vão estar oferecendo já vai estar cobrindo todos esses possíveis custos.

Sr. Wilson: Tenho pouco a adicionar aqui. Eu acho que na verdade quando eles chegaram nesse mês passado e ofereceram, seja no caso de Furnas uma pequena usina, no caso da Cesp já a fixação de um recurso para que eles possam continuar operando, eu acredito que o governo está se debruçando numa estruturação desse processo.

Não acredito que seja nesse ano, nós temos a expectativa que aconteça a partir do ano que vem. Eu acho que você colocou os temas que de alguma maneira foram apresentados pelos principais bidantes que poderiam renovar e não renovar, ou seja, há sem dúvida nenhuma um conjunto de itens notadamente no meio ambiente que as empresas de geração têm que ter a preocupação, é fundamental que tenham para preservar seus reservatórios - e a suas usinas que serão objeto de renovação são usinas de reservatórios - então a preocupação com ele, com o seu cuidado, etc., é muito importante.

Eu acho que esse tema então está sendo nesse momento apreciado para que você possa oferecer uma operação, uma oportunidade para a operação e manutenção desses empreendimentos que de fato adicione valor a uma usina que já foi muito bem construída, mas que nós não podemos esquecer, é uma usina que tem de 30 a 50 anos, que é de reservatórios particularmente grandes, que são reservatórios que tem que ser muito bem operados para que a gente tenha uma melhora na qualidade, na confiabilidade do sistema ao invés do contrário.

Eu acho que a gente já conquistou a modicidade com a 579, e talvez seja o momento de se reconhecer que existem alguns custos que não estão cobertos e que não são significativos, não alterarão a perspectiva de modicidade, mas robustecerão, por outro lado, operação e manutenção desses ativos. Então a nossa expectativa é de que eles ocorram, que o governo se debruce um pouco mais em cima desses temas e que rerepresente-os no ano que vem.

Sr. Sergio: Ok obrigado.

Operadora: Encerramos neste momento a sessão de perguntas e respostas. Gostaria de passar a palavra ao Sr. Wilson Ferreira Jr. para as considerações finais. Por favor pode prosseguir.

Sr. Wilson: Muito bem. Eu agradeço novamente a atenção de vocês para essa conferência. Eu quero compartilhar nossa visão positiva em relação ao momento do Brasil e do setor. Eu acho que o Brasil, especialmente quando a gente observa num tempo muito grande - nós estamos falando de 2004 para cá - em que a companhia fez a sua abertura de capital, uma evolução importante que tem impactos na atividade que a companhia está desenvolvendo e particularmente na estratégia que ela está desenvolvendo e que tem se mostrado muito viável.

Eu falo aqui especialmente da estratégia da companhia voltada para o mercado de geração e do mercado de geração alternativa, renovável, desempenho da CPFL Renováveis; e falo do outro lado daquilo que foi objeto da nossa discussão ao longo dessa conferência que são as oportunidades. É um país que está crescendo de uma forma vigorosa - em alguns segmentos mais do que outros - mas são segmentos importantes para a atividade de distribuição.

Eu queria aqui reafirmar, seja pelo tratamento que foi dado nas nossas revisões onde a gente não teve surpresas, podemos compartilhar e debater com mercado, com a sociedade e com os próprios analistas as nossas visões nas audiências públicas e tivemos a confirmação dessa perspectiva nos debates finais com a agência.

E seja do outro lado pela evolução e o reconhecimento da ação na velocidade necessária que o governo teve, por exemplo, nesse evento dos encargos sobre o sistema. Eu volto a colocar que é um privilégio brasileiro ter um sistema no formato em que ele está constituído onde a gente tem evidentemente em anos de afluência menor - e esse de fato foi - a opção de fazer a geração sem nenhum tipo de repercussão no sistema.

Acho que o tratamento dado à CDE acabou de alguma maneira permitindo isso: preservar em grande medida as reduções de tarifa verificadas em janeiro aumentando a competitividade da indústria que já está reagindo de alguma maneira, e principalmente preservando a capacidade financeira das distribuidoras, que como eu havia colocado são título A brasileiro.

Para além disso aqui eu acho que a gente está vendo um momento onde o mundo inteiro está à procura de investimento de capital, de investimento de infraestrutura. Eu acho que o Brasil apresenta oportunidades em todas as áreas de infraestrutura, em particular no setor elétrico. Nós somos um grande exemplo

disso e nos sentimos de alguma maneira bastante bem acolhidos, seja pela regulação seja pelo reconhecimento.

Pudemos conversar no final sobre o tema da taxa de retorno. Nós entendemos aqui no caso da pergunta que o Vinícius fez que isso vai de alguma maneira sensibilizar os próximos movimentos. Como eu falei, o melhor para o cenário brasileiro é o cenário que a gente seja capaz, pela via de uma boa regulação, de um bom framework regulatório, atrair capitais permanentes no país, capitais que fiquem aqui tal como a CPFL, de alguma maneira acompanhando, sustentando o crescimento brasileiro.

Então eu fico feliz poder compartilhar isso, esses resultados e especialmente essas perspectivas. Muito obrigado todos.

Operadora: A áudio conferência da CPFL Energia está encerrada. Agradecemos a participação de todos e tenham uma boa tarde.
